



ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 13.017.462/0001-63
Rua Ministro Apolônio Sales, 81 - Bairro Inácio Barbosa
Aracaju - SE - CEP 49040-230
www.energisa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 20 DE MARÇO DE 2018, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 138.997.390,98 em 2017.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendos de R\$ 115.295.428,57, perfazendo R\$ 589,7192894607 por ação ordinária, já tendo sido antecipados e quitados totalmente: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 29.286772,20 (R\$ 149,79756532 por ação); ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 10.688.777,84 (R\$ 54,6715385737 por ação); e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 75.319.878,53 (R\$ 385,250185567 por ação).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

82,9%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos de R\$ 115.295.428,57, perfazendo R\$ 589,7192894607 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 29.286772,20 (R\$ 149,79756532 por ação); ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 10.688.777,84 (R\$ 54,6715385737 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 75.319.878,53 (R\$ 385,250185567 por ação).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos foram pagos à vista.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendos de R\$ 115.295.428,57, perfazendo R\$ 589,7192894607 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 29.286772,20 (R\$ 149,79756532 por ação); ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 10.688.777,84 (R\$ 54,6715385737 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 75.319.878,53 (R\$ 385,250185567 por ação).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Dividendos de R\$ 115.295.428,57, perfazendo R\$ 589,7192894607 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 29.286772,20 (R\$ 149,79756532 por ação); ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 10.688.777,84 (R\$ 54,6715385737 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 75.319.878,53 (R\$ 385,250185567 por ação).

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido (prejuízo) do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (Prejuízo) - (R\$)	Lucro líquido (prejuízo) por ação (R\$)
2017	138.997.390,98	710,95
2016	98.428.903,83	503,44
2015	(R\$22.044.250,84)	(56,84)

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total (R\$)	Por ação ordinária (R\$)
2017	115.295.428,57	589,7192894607
2016	85.774.111,01	438,72205889
2015	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 6.949.869,55

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício - R\$ 138.997.390,98

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = R\$ 138.997.390,98 x 5% = R\$ 6.949.869,55

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos têm sido pagos integralmente acima dos limites mínimos estabelecidos no Estatuto Social.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção - Reserva de Lucro:

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Não aplicável

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2018

Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

Nome: Ivan Müller Botelho	Data de Nascimento: 31/03/1944	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 002.991.386-15	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 16	

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Elétrica na University of Miami - Diploma de BSC Engenharia; Curso de Administração de Empresas para Altos Executivos, elaborado pela ELETROBRÁS, na Fundação Getúlio Vargas, em 1970; Curso de Administração para Altos Executivos no RPI -Rensselaer Polythecnic Institute em Troy - N.Y. -USA - 1970. Experiência profissional: Foi Vice-Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Vice-Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema, da Energisa Minas Gerais e da Energisa Sergipe e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Energisa Tocantins, da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul e da Rede Energia Participações S.A.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Ricardo Perez Botelho	Data de Nascimento: 28/06/1959	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 738.738.027-91	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 14	

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Eletrônica pela Pontifca Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro; Especialização em microeletrônica na Arizona State University, Tempe, AZ; e em 2014 concluiu o programa "Business School President's Program on Leadership" na Harvard University em Cambridge, MA. Experiência

profissional: Foi Engenheiro Eletrônico da CFLCL, empresa atuante no setor elétrico, Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories, empresa atuante no setor de telecomunicações, Engenheiro Eletrônico da GTE Communications Products - Tempe, empresa atuante no setor de telecomunicações, em Arizona (EUA), Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, empresa atuante no setor de tecnologia, em Arizona (EUA), diretor técnico-industrial da Multitel Microeletrônica, empresa fabricante de componentes de microeletrônica, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S.A., empresa atuante no setor têxtil, presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise (atual Energisa Soluções) e presidente do conselho da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, empresa atuante no setor de energia elétrica. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Empresa de Eletricidade do Vale Parapanema S.A. e Rede Energia Participações S.A., todas atuante no setor de energia elétrica.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Marcilio Marques Moreira		Data de Nascimento: 25/11/1931	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 006.953.867-00	Profissão: Bacharel em Direito	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.				Número de mandatos consecutivos: 12	

Experiência profissional:

Diplomata, Instituto Rio Branco, MRE, Rio de Janeiro - Dezembro 1954; Bacharel em Direito, Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, 1957; Master of Arts em Ciência Política pela Graduate School of Arts and Sciences da Universidade Georgetown, Washington D.C, USA - Março de 1963. Experiência profissional: Foi membro do Conselho de Administração do BNDES, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do Grupo Unibanco, Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Assessor Especial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, Consultor Internacional Senior da Merrill Lynch & Co. e membro dos Conselhos Consultivos da American Bank Note-Brasil, da Marsh & McLennan Companies e da Embratel. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo a função de conselheiro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Minas Gerais, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa Sergipe. Além disso, o administrador é Presidente do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Data de Nascimento: 18/07/1946	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 832.328.697-34	Profissão: Economista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 12	

Experiência profissional:

Formado em economia pela Universidade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Experiência profissional: Foi Presidente da Shell do Brasil S.A., empresa atuante no setor de combustíveis, Presidente da Billiton Metais S.A., empresa atuante no setor de metais, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Presidente da AT&T Brasil Ltda., empresa atuante no setor de telecomunicações, e membro do Conselho de Administração de Brazilian Fast Food Corporation, empresa atuante no setor de alimentação. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo a função de conselheiro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Minas Gerais, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa Sergipe. Além disso, é membro independente do Comitê de Remuneração e Sucessão e de Auditoria e Riscos da Companhia

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Marcelo Silveira da Rocha	Data de Nascimento: 17/12/1940	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 008.285.306-10	Profissão: Engenheiro Agrônomo	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 00	

Experiência profissional:

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa-MG. Atua no Grupo Energisa há aproximadamente 50 anos; atualmente é membro do Conselho de Administração da Energisa S/A, Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A, Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A. Ex-Diretor Presidente da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A., de 2014 a 2016. Ex-Diretor Presidente da Energisa Paraíba e da Energisa Borborema- de 2008 a 2014; ex-Diretor Presidente da Energisa Sergipe, de 1997 a 2008; ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (atual Energisa Minas Gerais) - de 1977 a 1988; ex-membro do Conselho de Administração do ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico- de 1998 a 2004; ex-Vice Presidente da Associação Comercial de Sergipe, de 2001 a 2003.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselheiro indicado pelos empregados da Companhia:

Nome: Sergio Alves de Souza		Data de Nascimento: 11/08/1968	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 419.261.965-20	Profissão: Eletrotécnico	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: NÃO				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.				Número de mandatos consecutivos: 06	

Membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e representante dos Trabalhadores no Conselho de Consumidores da Energisa Sergipe; Membro da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Estado de Sergipe; Membro do Grupo Energia Sindical; Diretor do MVJ - Movimento Jovem de São Cristóvão; Eletricista, Gerente e Supervisor em diversas áreas operacionais da Energisa Sergipe.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Mauricio Perez Botelho		Data de Nascimento: 30/12/1960	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 053.888.187-99	Profissão: Engenheiro Mecânico	Cargo Eletivo Ocupado: Suplente do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.				Número de mandatos consecutivos: 13	

Experiência profissional:

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho e em Finanças pela Tutane University School of Business (New Orleans - USA), foi analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA), assistente financeiro do vice-presidente da American Express Bank (New York) e membro do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases. Iniciou sua carreira no Grupo Energisa em 1989. Durante os últimos cinco anos vem exercendo o cargo de conselheiro suplente da Energisa S.A., da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia

S.A. e da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Rede Energia Participações S.A., todas atuantes no setor de energia elétrica. O administrador é o vice-presidente financeiro do Grupo Energisa, exercendo o cargo de Diretor Financeiro das nove distribuidoras de energia elétrica controladas direta ou indiretamente pela Companhia (sendo, ainda, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das companhias abertas do Grupo Energisa), bem como exercendo o cargo de Diretor ou Administrador de todas as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Energisa.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (iv) qualquer condenação criminal;
- (v) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (vi) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Nome	Número de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
CPF	Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse
IVAN MULLER BOTELHO 002.991.386-15	28 100%
RICARDO PEREZ BOTELHO 738.738.027-91	28 89,28%
MARCÍLIO MARQUES MOREIRA 006.953.867-00	28 100%
OMAR CARNEIRO DA CUNHA SOBRINHO 832.328.697-34	28 75%
SERGIO ALVES DE SOUZA 419.261.965-20	28 92,85%
MAURICIO PEREZ BOTELHO 738.738.107-00	28 35,71%
MARCELO SIVEIRA DA ROCHA 008.285.306-10	19 100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

A Companhia não possui comitês.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

12.10. Relações de subordinação:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) **Objetivos da política ou prática de remuneração:**

A política de remuneração da Companhia está baseada nas seguintes premissas:

Conselho de Administração

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis, para o Presidente e Vice Presidente do Conselho.

Diretoria Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Diretoria Não Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.

Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis

b) **Composição da Remuneração:**

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Divulgação e Comitê de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:

Conselho de Administração:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo

com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Demais Conselheiros são reajustados pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay. Somente possui direito à Remuneração Variável de curto prazo o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

Diretoria Não Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde, ticket alimentação e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	50%	0%	20%	28%	2%	100%
Diretoria Estatutária	33%	2%	42%	19%	4%	100%
Diretoria Não Estatutária	-	-	-	-	-	-

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	40%	0%	10%	48%	2%	100%
Diretoria Estatutária	40%	3%	10%	42%	5%	100%
Diretoria Não Estatutária	41%	0%	15%	38%	6%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	48%	0%	12%	38%	2%	100%
Diretoria Estatutária	44%	3%	12%	35%	6%	100%
Diretoria Não Estatutária	50%	0%	18%	24%	8%	100%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e dos integrantes da Diretoria Estatutária é definido em assembleia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento. O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração devida à Diretoria Não Estatutária segue os mesmos moldes da Diretoria Estatutária, só não ocorrendo aprovação da assembleia geral de acionista da Companhia.

O Mercado Hay 2017 contempla: 3787 executivos pesquisados em 318 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral,

Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio.

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na companhia utilizamos as seguintes equações:

Equação do Salário Base: Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

Equação do Total em Dinheiro: Salário Base acrescido dos incentivos de curtos prazos alvos (bônus, participação nos resultados, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Todos os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia são remunerados Pela Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Parcela Fixa da Remuneração: Não são utilizados indicadores de desempenho.

Parcela da Remuneração Variável de Curto Prazo: Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da parcela de Remuneração Variável de Curto Prazo estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de melhoria contínua.

Os principais indicadores utilizados para Remuneração Variável de Curto Prazo são:

Despesas Controláveis
Lucro Líquido Ajustado
EBITDA Ajustado
PDD + incobráveis
Perdas Totais
Inadimplência
Pendente
ISQP
Estoque médio
HE/HHT
Projeção da base de remuneração

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Os valores da participação nos resultados são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

<p>e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:</p>
<p>Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.</p>
<p>f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:</p>
<p>O Conselho de Administração a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária possuem sua remuneração rateada entre as empresas do grupo. Para definição do rateio levou-se em consideração os serviços prestados por cada administrador respectivamente para cada empresa do grupo da Companhia. São rateados Salário, Benefícios Diretos e Indiretos e a Remuneração Variável. Para obtenção dos valores do rateio consultar o quadro 13.15.</p>
<p>g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:</p>
<p>Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>No exercício de 2016 foi pago bônus referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações (“Units”) da Companhia.</p>
<p>h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:</p>
<p>i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, indicando de que forma participam:</p> <p>Participa do processo decisório o Comitê de Remuneração do Grupo Energisa que é composto por membros do Conselho de Administração, entre eles membros independentes. A diretoria de Gestão de Pessoas apresenta para o Comitê a sugestão de remuneração individual em função da pesquisa elaborada pela Hay. O Comitê delibera sua aprovação ou propõe ajustes que julgar necessários. Após a aprovação do Comitê de Remuneração o mesmo é apresentado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia para ser referendado.</p> <p>ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:</p> <p>A remuneração individual é definida como base na pesquisa salarial realizada pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay para o Presidente do Conselho e membros da Diretoria. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.</p> <p>iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:</p> <p>Anualmente com base no parecer do Comitê de Remuneração que é composto por membros do conselho, inclusive membro independente.</p>

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	8,00	6,00		14,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00		12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	849.242,56	1.897.299,59		2.746.542,15
. Salário ou pró-labore	677.026,44	1.436.312,72		2.113.339,16
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	95.630,15		95.630,15
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	172.216,12	365.356,72		537.572,84
ii. Remuneração Variável	526.294,79	1.141.022,55	0,00	1.667.317,34
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	526.294,79	1.141.022,55		1.667.317,34
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	30.485,48	191.960,96		222.446,44
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.406.022,83	3.230.283,10	0,00	4.636.305,93

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,58	6,00		13,58
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00		12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	947.766,57	1.929.335,13		2.877.101,70
. Salário ou pró-labore	753.697,17	1.465.315,52		2.219.012,69
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	88.111,20		88.111,20
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	194.069,40	375.908,41		569.977,81
ii. Remuneração Variável	917.766,04	1.515.298,09	0,00	2.433.064,12
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	917.766,04	1.515.298,09		2.433.064,12
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	34.359,42	177.669,03		212.028,45
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.899.892,03	3.622.302,25	0,00	5.522.194,27

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	6,00		13,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00		12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	893.416,97	3.878.009,36		4.771.426,33
. Salário ou pró-labore	642.712,60	1.676.356,81		2.319.069,41
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	93.892,97		93.892,97
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	250.704,37	2.107.759,58		2.358.463,95
ii. Remuneração Variável	362.697,96	940.497,70	0,00	1.303.195,66
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	362.697,96	940.497,70		1.303.195,66
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	22.320,49	222.375,11		244.695,60
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.278.435,42	5.040.882,17	0,00	6.319.317,59

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

(2) Detalhamento do cálculo do número de membros esta no item 13.16.

O valor realizado de 2017 (R\$ 6.319.317,59) representou 98% do valor limite aprovado para 2017 (R\$ 6.476.438,00).

O limite de remuneração abaixo a ser aprovado pela Assembleia refere-se ao período de maio/18 a abril/2019.

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	7,00		14,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	7,00		13,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	441.254,35	1.926.438,98		2.367.693,33
. Salário ou pró-labore	367.711,96	1.415.676,08		1.783.388,04
. Benefícios diretos e indiretos		114.373,60		114.373,60
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	73.542,39	396.389,30		469.931,69
ii. Remuneração Variável	273.970,72	1.776.994,70	0,00	2.050.965,42
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	273.970,72	1.776.994,70		2.050.965,42
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	36.771,20	141.567,61		178.338,81
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	751.996,27	3.845.001,29	0,00	4.596.997,56

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

O limite para aprovação (R\$ 4.596.997,56) corresponde a uma redução de 29% em relação ao limite anterior (R\$ 6.476.438,00), visando alinhar com expectativa inflacionária e novo rateio de remuneração entre as empresas do grupo.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	8,00	6,00		14,00
c. Número de Membros remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	91.688,10	222.096,37	-	313.784,47
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	458.440,50	1.110.481,87		1.568.922,37
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	366.752,40	888.385,50	-	1.255.137,90
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	526.294,79	1.141.022,55	-	1.667.317,34

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,58	6,00		13,58
c. Número de Membros remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	117.996,67	261.445,77	-	379.442,44
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	589.983,34	1.307.228,85		1.897.212,19
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	471.986,67	1.045.783,08	-	1.517.769,75
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	917.766,04	1.515.298,09		2.433.064,12

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

(2) O valor efetivamente reconhecido no resultado foi superior ao valor máximo previsto devido ao pagamento de participação adicional referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações ("Units") e provisionamento do bônus de Longo Prazo. Quando da elaboração dos limites de participação nos resultados ainda não estavam previstos estes, motivo pelo qual não foi orçado, todavia mesmo com este pagamento extra não houve estouro do limite global de remuneração previsto para o exercício.

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	6,00		13,00
c. Número de Membros remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	120.625,14	369.159,75	-	489.784,89
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	603.125,71	1.845.798,73		2.448.924,44
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	482.500,57	1.476.638,98	-	1.959.139,55
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	362.697,96	940.497,70		1.303.195,66

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7	7		14
c. Número de Membros remunerados	2	7	-	9
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	54.794,14	355.398,94	-	410.193,08
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	273.970,72	1.776.994,70		2.050.965,42
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	219.176,58	1.421.595,76	-	1.640.772,34

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,00	6,00
c. número de membros remunerados	1,00	4,00
d. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
f. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 55 anos de idade . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano . Término do vínculo empregatício com a patrocinadora . Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial 	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 299.101,67	R\$ 1.593.516,03
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 22.320,49	R\$ 117.143,68
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Término do vínculo empregatício . O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço 	

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,58	6,00
c. número de membros remunerados	-	2,00
d. Nome do Plano	CAIXA VIDA E PREVIDENCIA - PGBL	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1
f. condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 207.787,60
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 105.231,43
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não se aplica	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	8,00	6,00	788.185,40	32.075,23	234.337,14
2016	7,58	6,00	1.258.378,99	62.110,85	316.648,67
2017	7,00	6,00	525.484,15	72.830,16	213.072,57

Nota:

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	6,00	6,00	1.152.660,74	155.945,74	538.380,52
2016	6,00	6,00	1.085.519,66	179.156,13	603.717,04
2017	6,00	6,00	1.426.231,75	152.763,23	840.147,03

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2015	2016	2017
Conselho de Administração	56%	66%	41%
Diretoria Estatutária	15%	19%	13%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2017 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	357.431,89	3.292.692,06	0,00	3.650.123,95
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	5.587.915,32	5.347.512,08	0,00	10.935.427,40

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	351.981,43	290.065,28	0,00	642.046,72
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	7.076.962,55	9.796.350,06	0,00	16.873.312,61

Exercício social 2015 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	328.466,60	244.980,29	0,00	573.446,89
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	5.191.213,80	6.403.652,29	0,00	11.594.866,09

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Abaixo memória de cálculo do numero de Membros do Conselho e da Diretoria previsto no item 13.2

2015

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

2016

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7,58
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

2017

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

10.1 Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 768,2 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 706,1 milhões e R\$ 691,2 milhões, respectivamente. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 134,7 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado em 2017 foi de 2,4 vezes.

Em 2017, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 139,0 milhões, crescimento de 98,4% em relação ao ano anterior. A diretoria entende que esse desempenho decorre, principalmente, do crescimento das receitas operacionais no exercício, bem como do resultado financeiro no ano. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 314,3 milhões em 2017, contra os R\$ 236,3 milhões apurados no ano anterior, aumento de 33,0%. Em 2014, o lucro líquido foi de R\$ 102,2 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as gerações de caixa (EBITDAs Ajustados) foram de R\$ 314,3 milhões (aumento de 33,0% sobre 2016), R\$ 236,0 milhões (aumento de 15,6% sobre 2015) e R\$ 204,4 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos foi de 3,0 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esses índices foram de 2,4 vezes, 3,0 vezes e 3,4 vezes, respectivamente.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido mais dívida líquida apresenta satisfatórios níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 essa relação foi de 66,8%, 69,3%, e 67,3%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital tem se situado em níveis adequados.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 381,9 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 768,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 313,3 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 706,1 milhões. Já em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 336,4 milhões e de R\$ 691,2 milhões, respectivamente.

i) hipóteses de resgate;

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 204,5 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Em 31 de dezembro de 2016, esse saldo era de R\$ 104,9 milhões, contra R\$ 56,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em 2017, o caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais foi de R\$ 175,8 milhões, contra R\$ 232,5 milhões em 2016 e R\$ 223,6 milhões em 2015.

A dívida líquida ao final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foi de R\$ 768,2 milhões, R\$ 706,1 milhões e R\$ 691,2 milhões, respectivamente. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a relação entre a dívida líquida da Companhia e a geração de caixa foi de 2,4 vezes, 3,0 vezes e 3,4 vezes, respectivamente.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

R\$ mil	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	194.596	138.307
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	398.073	497.783
Encargos de dívidas - moeda nacional	7.085	798
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.765	2.814
(-) Custos a amortizar	(715)	(224)
(-) Custos a amortizar - Moeda Estrang.	(250)	(500)
(-) Marcação a mercado de dívidas	1.671	4.002
Total	603.225	642.980
Circulante	402.643	143.573
Não Circulante	200.582	499.407

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias (*)
	2017	2016					
FIDC Grupo Energisa III	15.089	15.178	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Luz para Todos - Eletrobrás (7)	-	8.285	5,00% a.a. (Pré)	dez/17	Mensal	5,00%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (5)	-	1.708	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB (5)	-	1.228	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,12%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (5,7)	-	9.019	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	8,40%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	8.299	13.788	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a. TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	9,32% a 11,22%	A
Repasse BNDES II - ABC	916	1.520	(Pré)	mai/19	Mensal	15,22% a 16,22%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	17.217	17.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	4.604	4.792	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.508	3.652	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	14.240	13.862	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	3.808	3.707	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.901	2.824	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú (4)	7.505	10.702	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	10,02% a 11,02%	A
FINAME - Itaú BBA	13.650	16.403	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Empréstimo CEF (7)	-	1.028	6,0% a.a.	ago/26	Mensal	6,00%	F
Parcelamento INERGUS	13.184	13.485	IPC + 5,50% a.a.	dez/39	Mensal	7,76%	F
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (4)	9.676	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	11,59%	F
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE(4)	87.084	-	CDI + 1,65%	abr/19	Final	11,59%	F
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(715)	(724)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	200.966	138.381					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1 e 4)	105.389	186.385	3,49% a 4,53% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	4,99% a 6,03%	A
Resolução 4131 - Citibank (1 e 4)	254.053	273.940	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	4,57% a 4,96%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1 e 4)	41.396	40.772	Libor + 1,75% a.a.	dez/18	Final	4,55%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(250)	(500)					
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.671	4.002					
Total em Moeda Estrangeira (6)	402.259	504.599					
Total	603.225	642.980					

A = Aval Energisa S/A, E = Fundo de reserva, F= Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos.
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option”.
- (3) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S/A de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora Energisa S/A

Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$49.754 mil, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Considera Bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.
- (7) Foram liquidados antecipadamente os empréstimos junto a ELETROBRÁS em junho/17(contratos com vencimento em jun/22 e out/22), junto a CEF em julho/17 e junto ao BNB em agosto/17.
- (*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$1.459 (R\$8.466 em dezembro 2016), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
IPCA	2,95%	6,29%
LIBOR	1,30%	0,67%
IPC-FIPE	2,26%	6,55%

Em 31 de dezembro de 2017, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

R\$ mil	2017
2019	151.499
2020	21.152
2021	13.568
2022	2.590
Após 2022	11.773
Total	200.582

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

Contratos / R\$ mil	2018	2019	2020 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	25	24	74
Banco ABC Repasse BNDES	18	8	-	26
Banco Itaú BBA - BNDES	82	82	158	322
Banco BAML	250	-	-	250
Banco SAFRA	217	76	-	293
Total	592	191	182	965

Debêntures

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionadas são como se seguem:

Descrição/ R\$ mil	2017	2016
Debêntures - moeda nacional	141.905	36.904
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.510)	-
Total	140.395	36.904
Circulante	13.582	12.904
Não Circulante	126.813	24.000

Operações	Total / R\$ mil		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2017	2016						
3ª Emissão	24.316	36.904	30/10/2013	60 / 60	115,5% do CDI	out/19	Anual	11,48%
Debentures 4ª								
Emissão - 1ª Série	9.696	-	19/07/2017	9.333 / 9.333	IPCA +5,60%	jun/22	Final	8,55%
Debentures 4ª								
Emissão - 2ª Série	8.704	-	19/07/2017	8.376 / 8.376	IPCA +5,6601%	jun/24	Final	8,61%
Debentures 5ª								
Emissão - 1ª Série	7.220	-	31/10/2017	7.126 / 7.126	IPCA +4.4885%	out/22	Final	7,44%
Debentures 5ª								
Emissão - 2ª Série	1.346	-	31/10/2017	1.328 / 1.328	IPCA +4.7110%	out/24	Final	7,66%
Debentures 5ª								
Emissão - 3ª Série	2.507	-	31/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA +5,1074%	out/27	Final	8,06%
Debentures 5ª								
Emissão - 4ª Série	88.116	-	31/10/2017	87.074 / 87.074	107,75% do CDI	out/22	Anual após out/20	10,71%
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.510)	-						
Total	140.395	36.904						

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

R\$ mil	2017
2019	11.702
2020	28.727
2021	28.727
2022	45.427
Após 2022	12.230
Total	126.813

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos / R\$ mil	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures 4ª Emis 1ª Série	76	76	188	340
Debêntures 4ª Emis 2ª Série	48	48	217	313
Debêntures 5ª Emis 1ª Série	13	13	36	62
Debêntures 5ª Emis 2ª Série	2	2	8	12
Debêntures 5ª Emis 3ª Série	2	2	18	22
Debêntures 5ª Emis 4ª Série	158	158	445	761
Total	299	299	912	1.510

Em 31 de dezembro de 2016 (valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos em 2016, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados são como se seguem (valores em R\$ mil):

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	138.307	188.009
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	497.783	478.515
Encargos de dívidas - moeda nacional	798	825
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.814	2.425
(-) Custos a amortizar	(724)	(528)
(-) Marcação a mercado de dívidas	4.002	(3.916)
Total	642.980	665.330
Circulante	143.573	80.999
Não Circulante	499.407	584.331

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽¹⁾
	2016	2015					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	15.178	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	8.285	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	5,00%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	1.708	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB ⁽⁵⁾	1.228	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	9.019	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	8,40%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	13.788	19.033	TJLP + 2,20% a.a.	mai/19	Mensal	9,70% a 11,60%	A
Repasse BNDES II - ABC	1.520	2.132	4,10% a.a.	fev/23	Mensal	15,60% a 16,60%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	17.924	15.250	TJLP + 8,10% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	4.792	4.078	9,10% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	3.652	3.107	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	13.862	11.154	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	3.707	2.982	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.824	2.272	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	10.702	13.817	3,90% a.a.	mar/20	Mensal	10,40% a 11,40%	A
FINAME - Itaú BBA	16.403	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Promissória - ABC	-	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	16,00%	A
Empréstimo CEF	1.028	-	6,0% a.a.	dez/26	Mensal	6,00%	F
Parcelamento INERGUS	13.485	-	5,50% a.a.	dez/39	Mensal	12,05%	F
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(724)	(528)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	138.381	188.306					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	186.385	197.530	3,49% a 4,53% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-13,05% a -12,01%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1 e 4)	273.940	283.410	Libor + 1,77% a 1,91% a.a.	abr/18	Final	-14,10% a -13,71%	A

Resolução 4131 - Bank of America ML (1 e 4)	40.772	-	Libor + 1,75% a.a. a 2,16% a.a.	dez/19	Final	-14,10%	a	-13,71%	A
(-) Custo de captação incorridos na contratação	(500)	-							
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.002	(3.916)							
Total em Moeda Estrangeira	<u>504.599</u>	<u>477.024</u>							
Total Energisa Sergipe	<u>642.980</u>	<u>665.330</u>							

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F= Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.466 (R\$9.047 em 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

(8) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos.

(9) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option”.

(10) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R\$43.940 mil, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A. Além disso, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

(11) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

(12) Considera Bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

(13) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
LIBOR	0,67%	0,29%

Em 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

R\$ mil	2016
2018	383.688
2019	69.909
2020	18.979
2021	12.146
Após 2021	14.685
Total	<u>499.407</u>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	25	48	98
Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	-	-	15
Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	13	-	-	13
Banco ABC Repasse BNDES	18	18	8	44
Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	37	149
Banco Itaú BBA - BNDES	82	82	241	405
Banco BAML	250	250	-	500
Total	459	431	334	1.224

Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debentures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	2016	2015
Debentures - moeda nacional	36.904	49.238
Total	36.904	49.238
Circulante	12.904	13.238
Não Circulante	24.000	36.000

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2016	2015						
5ª Emissão	36.904	49.238	30/10/2013	60 / 60	115,5% do CDI	out/19	Anual	16,17%
Total	36.904	49.238						

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2016 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

R\$ mil	2016
2018	12.000
2019	12.000
Total	24.000

Em 31 de dezembro de 2015 (valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes à eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	188.009	195.877
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	478.515	345.920
Encargos de dívidas - moeda nacional	825	3.791
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.425	1.770
(-) Custos a amortizar	(528)	(626)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(3.916)	-
Total	665.330	546.732
Circulante	80.999	185.485
Não Circulante	584.331	361.247

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros)	Garantias ⁽¹⁾
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	15.175	15.140	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	10.305	10.778	5,00% a.a. (Pré)	ago-26	Mensal	5,00%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	452	2.261	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	4.358	6.874	8,30% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	3.460	5.464	TJLP + 4,00% a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	12.297	15.667	8,40% a.a. (Pré)	ago-19	Mensal	8,40%	F + E
Repassse BNDES I - ABC	19.033	24.354	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai-19	Mensal	9,20% a 11,10%	A
Repassse BNDES II - ABC	2.132	2.813	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev-23	Mensal	15,10% a 16,10%	A
Repassse BNDES - Citibank ⁽³⁾	15.250	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Itaú ⁽³⁾	4.078	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	3.107	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Citibank ⁽³⁾	11.154	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Itaú ⁽³⁾	2.982	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.272	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	13.817	17.000	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar-20	Mensal	9,90% a 10,90%	A
FINAME - Itaú BBA	18.902	18.781	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev-24	Mensal	2,5% a 8,7%	A
Nota Promissória - Itaú	-	80.536					
Nota Promissória - ABC	50.060	-	CDI + 2,00% a.a.	jun-16	Final	15,24%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(528)	(626)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	188.306	199.042					
Resolução 4131 - Bank of America ML ⁽²⁾	-	79.803	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	197.530	134.494	3,49% a.a. (Pré)	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1, 4)	283.410	133.393	Libor + 1,91% a.a.	abr-18	Final	49,21%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(3.916)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	477.024	347.690					
Total	665.330	546.732					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$9.047 (R\$8.681 em 2014), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante e não circulante.

(14) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos.

(15) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option”.

(16) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$38.806 mil, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

(17) Os contratos possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos. Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

(18) Considera Bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

R\$ mil	2015
2017	151.294
2018	350.238
2019	51.952
2020	16.991
Após 2020	13.856
Total	584.331

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos / R\$ mil	2016	2017	2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	25	74	124
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	15	-	45
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	12	-	37
Banco ABC - repasse BNDES	18	18	26	62
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	93	205
Banco Itaú BBA - BNDES	9	9	37	55
Total	163	135	230	528

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em dezembro de 2017, não existia valor contratado ainda liberado para a Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.161.904	100,0	1.049.435	100,0	10,7
Custo do serviço de energia elétrica	(907.765)	(78,1)	(782.944)	(74,6)	15,9
Lucro bruto	254.139	21,9	266.491	25,4	(4,6)
Despesas gerais e administrativas	(122.133)	(10,5)	(103.319)	(9,8)	18,2
Outras receitas	14.445	1,2	5.503	0,5	162,5
Outras despesas	(5.732)	(0,5)	(6.751)	(0,6)	(15,1)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	140.719	12,1	161.924	15,4	(13,1)
Receita financeira	132.546	11,4	57.387	5,5	131,0
Despesa financeira	(105.084)	(9,0)	(69.458)	(6,6)	51,3
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27.462	2,4	(12.071)	(1,2)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	168.181	14,5	149.853	14,3	12,2
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(42.797)	(3,7)	(6.120)	(0,6)	599,3
Imposto de renda e Contribuição social diferido	13.613	1,2	(45.305)	(4,3)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	138.997	12,0	98.428	9,4	41,2

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 1.161,9 milhões em 2017, contra R\$ 1.049,4 milhões em 2016, aumento de 10,7% (R\$ 112,5 milhões). Este resultado decorre, em parte, dos aumentos das tarifas.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 907,8 milhões em 2017, contra R\$ 782,9 milhões em 2016, aumento de 15,9% (R\$ 124,9 milhões). Este resultado se deve principalmente do aumento dos custos com energia comprada e dos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2017 apresentou redução de 4,8% (R\$ 12,4 milhões), para R\$ 254,1 milhões, em consequência do menor crescimento relativo das receitas em relação aos custos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 18,2% (R\$ 18,8 milhões), para R\$ 122,1 milhões, decorrente da racionalização de despesas.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou redução de 13,1% em 2017, atingindo R\$ 140,7 milhões, em razão, principalmente, do aumento dos custos com compra de energia elétrica.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2017 representou receita financeira líquida de R\$ 27,5 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 12,1 milhões em 2016.

Lucro Líquido

Em 2017, a Companhia contabilizou lucro líquido de R\$ 139,0 milhões, ante o lucro líquido de R\$ 98,4 milhões registrados no ano anterior, aumento de 41,2%. Esse desempenho decorre, principalmente, do crescimento das receitas operacionais no exercício, bem como do resultado financeiro no ano.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	28.863	1,6	57.648	3,8	(49,9)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	127.772	7,2	32.621	2,2	291,7
Consumidores e concessionárias	179.400	10,1	169.180	11,3	6,0
Estoques	1.673	0,1	872	0,1	91,9
Tributos a recuperar	47.591	2,7	49.382	3,3	(3,6)
Instrumentos financeiros derivativos	42.708	2,4	28.632	1,9	49,2
Ativos financeiros setoriais	95.980	5,4	44.391	3,0	116,2
Outros créditos	52.299	2,9	40.612	2,7	28,8
Total do circulante	576.286	32,3	423.338	28,2	36,1
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.459	0,1	8.466	0,6	(82,8)
Consumidores e concessionárias	98.790	5,5	14.556	1,0	578,7
Tributos a recuperar	8.251	0,5	10.332	0,7	(20,1)
Créditos tributários	129.970	7,3	105.941	7,0	22,7
Depósitos e cauções vinculados	36.490	2,0	39.642	2,6	(8,0)
Instrumentos financeiros derivativos	3.557	0,2	59.681	4,0	(94,0)
Ativos financeiros setoriais	35.807	2,0	11.190	0,7	220,0
Contas a receber da concessão	396.701	22,3	345.783	23,0	14,7
Outros créditos	436	-	567	-	(23,1)
	711.461	39,9	596.158	39,6	19,3
Investimento	366	-	366	-	-
Intangível	487.954	27,4	477.899	31,8	2,1
Imobilizado	6.161	0,3	5.906	0,4	4,3
Total do não circulante	1.205.942	67,7	1.080.329	71,8	11,6
Total do ativo	1.782.228	100,0	1.503.667	100,0	18,5

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	116.910	6,6	87.347	5,8	33,8
Encargos de dívidas	9.850	0,6	3.612	0,2	172,7
Empréstimos e financiamentos	392.793	22,0	139.961	9,3	180,6
Debêntures	13.582	0,8	12.904	0,9	5,3
Impostos e contribuições sociais	70.445	4,0	33.710	2,2	109,0
Passivos financeiros setoriais	74.005	4,2	47.958	3,2	54,3
Obrigações estimadas	4.635	0,3	5.135	0,3	(9,7)
Encargos setoriais	20.792	1,2	14.844	1,0	40,1
Instrumentos financeiros derivativos	5.626	0,3	25.860	1,7	(78,2)
Benefícios pós emprego	24.722	1,4	22.732	1,5	8,8
Outras contas a pagar	20.822	1,2	15.045	1,0	38,4
Total do circulante	754.182	42,3	409.108	27,2	84,3
Não circulante					
Fornecedores	2.377	0,1	2.377	0,2	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	200.582	11,3	499.407	33,2	(59,8)
Debêntures	126.813	7,1	24.000	1,6	428,4
Impostos e contribuições sociais	5.263	0,3	34.444	2,3	(84,7)
Passivos financeiros setoriais	26.216	1,5	11.888	0,8	120,5
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	29.877	1,7	27.192	1,8	9,9
Encargos setoriais	5.902	0,3	7.263	0,5	(18,7)
Instrumentos financeiros derivativos	211	-	1.389	0,1	(84,8)
Benefícios pós emprego	244.736	13,7	169.576	11,3	44,3
Outros	4.187	0,2	3.677	0,2	13,9
Total do não circulante	646.164	36,3	781.213	52,0	(17,3)
Patrimônio líquido					
Capital social	400.473	22,5	382.898	25,5	4,6
Reservas de capital	3.330	0,2	3.330	0,2	-
Reservas de lucros	28.623	1,6	22.496	1,5	27,2
Dividendos adicionais propostos	75.320	4,2	10.266	0,7	633,7
Outros resultados abrangentes	(125.864)	(7,1)	(105.644)	(7,0)	19,1
Total do patrimônio líquido	381.882	21,4	313.346	20,8	21,9
Total do passivo e patrimônio líquido	1.782.228	100,0	1.503.667	100,0	18,5

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 122,8 milhões, o que representa aumento de 291,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre basicamente da captação de recursos para investimentos.

Ativos financeiros setoriais:

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica atingiu R\$ 96,0 milhões, o que representa aumento de 116,2% em relação a 2016, devido ao aumento da CVA (Conta dos Valores da Parcela A).

ATIVO
Não Circulante

Consumidores e concessionárias:

Em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 98,8 milhões, o que representa aumento de 578,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016. A variação decorre de acordo de recebimento de contas a receber em atraso.

Contas a receber da concessão:

Em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 396,7 milhões, o que representa aumento de 14,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016. A variação decorre do nível de investimentos realizados pela Companhia e da remuneração dos ativos.

PASSIVO
Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 392,8 milhões, o que representa aumento de 180,6% em relação a 31 de dezembro de 2016. O aumento decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos programados.

PASSIVO
Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2017, os Empréstimos e Financiamentos atingiram R\$ 200,6 milhões, o que representa redução de 59,8% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta Debêntures atingiu R\$ 126,8 milhões, o que representa aumento de 428,4% em relação a 31 de dezembro de 2016. A redução no saldo decorre basicamente de emissão de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta Capital Social atingiu R\$ 400,5 milhões, o que representa aumento de 4,6% em comparação com 31 de dezembro de 2016. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	2016	AV %	2015 (reapresentado)	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.049.435	100,0	1.000.240	100,0	4,9
Custo do serviço de energia elétrica	(782.944)	(74,6)	(743.838)	(74,4)	5,3
Lucro bruto	266.491	25,4	256.402	25,6	4
Despesas gerais e administrativas	(103.319)	(9,8)	(114.875)	(11,5)	(10)
Outras receitas	5.503	0,5	2.654	0,3	107
Outras despesas	(6.751)	(0,6)	(6.011)	(0,6)	12
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	161.924	15,4	138.170	13,8	17
Receita financeira	57.387	5,5	31.734	3,2	81
Despesa financeira	(69.458)	(6,6)	(214.807)	(21,5)	(68)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12.071)	(1,2)	(183.073)	(18,3)	(93)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	149.853	14,3	(44.903)	(4,5)	(434)
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(6.120)	(0,6)	(23.066)	(2,3)	(73)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	(45.305)	(4,3)	56.857	5,7	(180)
Lucro (prejuízo) do exercício	98.428	9,4	(11.112)	(1,1)	(986)

São as seguintes as variações nas contas patrimoniais ativas da Companhia:

	2016	AV %	2015 (reapresentado)	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	57.648	3,8	83.957	5,6	(31,3)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.621	2,2	22.606	1,5	44,3
Consumidores e concessionárias	169.180	11,3	181.690	12,0	(6,9)
Estoques	872	0,1	998	0,1	(12,6)
Tributos a recuperar	49.382	3,3	49.385	3,3	(0,0)
Instrumentos financeiros derivativos	28.632	1,9	-	0,0	-
Ativos financeiros setoriais	44.391	3,0	17.552	1,2	152,9
Outros créditos	40.612	2,7	38.957	2,6	4,2
Total do circulante	423.338	28,2	395.145	26,2	7,1
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	8.466	0,6	9.047	0,6	(6,4)
Consumidores e concessionárias	14.556	1,0	9.209	0,6	58,1
Tributos a recuperar	10.332	0,7	11.799	0,8	(12,4)
Créditos tributários	105.941	7,0	127.580	8,5	(17,0)
Depósitos e cauções vinculados	39.642	2,6	36.487	2,4	8,6
Instrumentos financeiros derivativos	59.681	4,0	57.407	3,8	4,0
Ativos financeiros setoriais	11.190	0,7	54.741	3,6	(79,6)
Contas a receber da concessão	345.783	23,0	274.526	18,2	26,0
Outros créditos	567	0,0	667	0,0	(15,0)
	596.158	39,6	581.463	38,5	2,5
Investimento	366	0,0	366	0,0	0,0
Intangível	477.899	31,8	526.209	34,9	(9,2)
Imobilizado	5.906	0,4	6.332	0,4	(6,7)
Total do não circulante	1.080.329	71,8	1.114.370	73,8	(3,1)
Total do ativo	1.503.667	100,0	1.509.515	100,0	(0,4)

São as seguintes as variações nas contas patrimoniais passivas da Companhia:

	2016	AV %	2015 (reapresentado)	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	87.347	5,8	81.493	5,4	7,2
Encargos de dívidas	3.612	0,2	3.250	0,2	11,1
Empréstimos e financiamentos	139.961	9,3	77.749	5,2	80,0
Debêntures	12.904	0,9	13.238	0,9	(2,5)
Tributos e contribuições sociais	33.710	2,2	41.280	2,7	(18,3)
Passivos financeiros setoriais	47.958	3,2	52.317	3,5	(8,3)
Obrigações estimadas	5.135	0,3	5.349	0,4	(4,0)
Encargos setoriais	14.844	1,0	27.825	1,8	(46,7)
Taxa de iluminação pública arrecadada	5.721	0,4	4.868	0,3	17,5
Instrumentos financeiros derivativos	25.860	1,7	31.147	2,1	(17,0)
Benefícios a empregados	22.732	1,5	16.402	1,1	38,6
Outras contas a pagar	9.324	0,6	8.032	0,5	16,1
Total do circulante	409.108	27,2	362.950	24,0	12,7
Não circulante					
Fornecedores	2.377	0,2	2.377	0,2	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	499.407	33,2	584.331	38,7	(14,5)
Debêntures	24.000	1,6	36.000	2,4	(33,3)
Tributos e contribuições sociais	34.444	2,3	23.539	1,6	46,3
Passivos financeiros setoriais	11.888	0,8	9.312	0,6	27,7
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	27.192	1,8	26.240	1,7	3,6
Encargos setoriais	7.263	0,5	3.870	0,3	87,7
Instrumentos financeiros derivativos	1.389	0,1	16.053	1,1	(91,3)
Benefícios a empregados	169.576	11,3	105.408	7,0	60,9
Outros	3.677	0,2	3.070	0,2	19,8
Total do não circulante	781.213	52,0	810.200	53,7	(3,6)
Patrimônio líquido					
Capital social	382.898	25,5	382.898	25,4	-
Reservas de capital	3.330	0,2	3.330	0,2	-
Reservas de lucros	22.496	1,5	9.842	0,7	128,6
Dividendos adicionais propostos	10.266	0,7	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(105.644)	(7,0)	(59.705)	(4,0)	76,9
Total do patrimônio líquido	313.346	20,8	336.365	22,3	(6,8)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.503.667	100,0	1.509.515	100,0	(0,4)

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Receita operacional líquida	983.463	100,0	912.040	100,0	7,8
Custo do serviço de energia elétrica	(743.838)	(75,6)	(628.041)	(68,9)	18,4
Lucro bruto	239.625	24,4	283.999	31,1	(15,6)
Despesas gerais e administrativas	(114.875)	(11,7)	(113.490)	(12,4)	1,2
Outras receitas	2.654	0,3	2.484	0,3	6,8
Outras despesas	(6.011)	(0,6)	(10.475)	(1,1)	(42,6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	121.393	12,3	162.518	17,8	(25,3)
Receita financeira	48.511	4,9	27.473	3,0	76,6
Despesa financeira	(231.371)	(23,5)	(76.006)	(8,3)	204,4
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(182.860)	(18,6)	(48.533)	(5,3)	276,8
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(61.467)	(6,3)	113.985	12,5	-
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(17.434)	(1,8)	(17.562)	(1,9)	(0,7)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	56.857	5,8	5.755	0,6	888,0
Lucro (prejuízo) do exercício	(22.044)	(2,2)	102.178	11,2	(121,6)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 983,5 milhões em 2015, contra R\$ 912,0 milhões em 2014, representando um aumento de 7,8% (R\$ 71,5 milhões). Este resultado decorre principalmente dos aumentos de tarifas.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 743,8 milhões em 2015, contra R\$ 628,0 milhões em 2014, representando um aumento de 18,4% (R\$ 115,8 milhões). Este resultado se deve principalmente do aumento dos custos com energia comprada e dos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2015 apresentou redução de 15,6% (R\$ 44,4 milhões), para R\$ 239,6 milhões, em consequência do menor crescimento relativo das receitas em relação aos custos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de apenas 1,2% (R\$ 1,4 milhão), para R\$ 114,9 milhões, decorrente da racionalização de despesas.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou redução de 25,3% em 2015, atingindo R\$ 121,4 milhões, em razão, principalmente, das reduções das despesas acima mencionadas.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2015 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 182,9 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 48,5 milhões em 2014, ou seja, um aumento de 276,8%.

Lucro Líquido

Em 2015, a Energisa Sergipe contabilizou prejuízo de R\$ 22,0 milhões, ante o lucro líquido de R\$ 102,2 milhões registrados no ano anterior.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	83.957	5,6	45.254	3,3	85,5
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	22.606	1,5	2.908	0,2	677,4
Consumidores e concessionárias	181.690	12,2	117.703	8,5	54,4
Estoques	998	0,1	1.472	0,1	(32,2)
Tributos a recuperar	32.821	2,2	35.649	2,6	(7,9)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	17.075	1,2	-
Ativos financeiros setoriais	17.552	1,2	121.325	8,8	(85,5)
Outros créditos	38.957	2,6	45.588	3,3	(14,5)
Total do circulante	378.581	25,4	386.974	28,0	(2,2)
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.047	0,6	7.973	0,6	13,5
Consumidores e concessionárias	9.209	0,6	10.613	0,8	(13,2)
Tributos a recuperar	11.799	0,8	16.524	1,2	(28,6)
Créditos tributários	127.580	8,5	70.723	5,1	80,4
Depósitos e cauções vinculados	36.487	2,4	34.035	2,5	7,2
Instrumentos financeiros derivativos	57.407	3,8	36.612	2,7	56,8
Ativos financeiros setoriais	54.741	3,7	39.311	2,8	39,3
Contas a receber da concessão	274.526	18,4	228.574	16,5	20,1
Outros créditos	667	0,0	713	0,1	(6,5)
	581.463	38,9	445.078	32,2	30,6
Investimento	366	0,0	366	0,0	-
Intangível	526.209	35,2	542.566	39,3	(3,0)
Imobilizado	6.332	0,4	6.295	0,5	0,6
Total do não circulante	1.114.370	74,6	994.305	72,0	12,1
Total do ativo	1.492.951	100,0	1.381.279	100,0	8,1

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	81.493	5,5	78.244	5,7	4,2
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	80.999	5,4	185.485	13,4	(56,3)
Debêntures	13.238	0,9	8.746	0,6	51,4
Tributos e contribuições sociais	35.648	2,4	40.650	2,9	(12,3)
Parcelamento de impostos	126	0,0	2.014	0,1	(93,7)
Passivos financeiros setoriais	52.317	3,5	50.536	3,7	3,5
Obrigações estimadas	5.349	0,4	4.917	0,4	8,8
Encargos setoriais	27.825	1,9	11.738	0,8	137,1
Taxa de iluminação pública arrecadada	4.868	0,3	4.262	0,3	14,2
Instrumentos financeiros derivativos	31.147	2,1	-	-	-
Benefícios a empregados	16.402	1,1	13.616	1,0	20,5
Outras contas a pagar	7.906	0,5	7.781	0,6	1,6
Total do circulante	357.318	23,9	407.989	29,5	(12,4)
Não circulante					
Fornecedores	2.377	0,2	2.377	0,2	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	584.331	39,1	361.247	26,2	61,8
Debêntures	36.000	2,4	60.000	4,3	(40,0)
Tributos e contribuições sociais	23.539	1,6	15.863	1,1	48,4
Parcelamento de impostos	-	-	2.518	0,2	-
Passivos financeiros setoriais	9.312	0,6	17.173	1,2	(45,8)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	26.240	1,8	21.462	1,6	22,3
Encargos setoriais	3.870	0,3	4.334	0,3	(10,7)
Instrumentos financeiros derivativos	16.053	1,1	-	-	-
Benefícios a empregados	105.408	7,1	100.641	7,3	4,7
Outros	3.070	0,2	1.802	0,1	70,4
Total do não circulante	810.200	54,3	587.417	42,5	37,9
Patrimônio líquido					
Capital social	382.898	25,6	357.135	25,9	7,2
Reservas de capital	3.330	0,2	3.330	0,2	-
Reservas de lucros	-	-	46.717	3,4	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	39.801	2,9	-
Prejuízos acumulados	(1.090)	(0,1)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(59.705)	(4,0)	(61.110)	(4,4)	(2,3)
Total do patrimônio líquido	325.433	21,8	385.873	27,9	(15,7)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.492.951	100,0	1.381.279	100,0	8,1

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras:

- Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 22,6 milhões, o que representa um aumento de 677,4% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorre basicamente da captação de recursos para investimentos.
- Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 2,9 milhões, o que representa uma redução de 90,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Esta variação decorre basicamente da transferência para a conta caixa e equivalente de caixa.
- Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 31,6 milhões, o que representa uma redução de 32,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente dos investimentos realizados pela Companhia no ano.

- Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 47,0 milhões, o que representa um aumento de 59,1% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da reclassificação dos fundos de investimentos de equivalentes de caixa para aplicações financeiras avaliadas a valor justo no ativo circulante.

Ativos regulatórios:

- Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica atingiu R\$ 17,6 milhões, o que representa uma queda de 85,5% em relação ao mesmo período de 2014.
- Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica era de R\$ 121,3 milhões.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão:

- Em 31 de dezembro de 2015 esses ativos atingiram R\$ 274,5 milhões, o que representa um aumento de 20,1% em comparação com 31 de dezembro de 2014. A variação decorre do nível de investimentos realizados pela Companhia e da remuneração dos ativos.
- Em 31 de dezembro de 2014 esses ativos atingiram R\$ 228,6 milhões, o que representa um aumento de 25,0% em comparação com 31 de dezembro de 2013. A variação decorre do nível de investimentos realizados pela Companhia e da remuneração dos ativos.
- Em 31 de dezembro de 2013 esses ativos atingiram R\$ 182,9 milhões, o que representa um aumento de 40,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012. A variação decorre do nível de investimentos realizados pela Companhia e da remuneração dos ativos.
- Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 130,1 milhões, o que representa um aumento de 282,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Com o advento da Lei 12.783/2013, foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. O montante referente ao VNR reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 13,3 milhões, sendo um dos responsáveis pelo incremento nessa rubrica, bem como R\$ 37,6 milhões referentes a aplicação da Resolução Normativa nº 474 que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão. A variação restante está relacionada ao nível de investimentos realizados pela Companhia.
- De acordo com a ICPC 01, as controladas reconheceram o ativo financeiro, referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2015, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 77,7 milhões, o que representa um aumento de 56,9% em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos programados.
- Em 31 de dezembro de 2014, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 180,1 milhões, o que representa um aumento de 874,2% em relação a 31 de dezembro de 2013. O aumento decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos programados.
- Em 31 de dezembro de 2013, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 18,5 milhões, o que representa uma redução de 92,3% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento decorre, principalmente, da liquidação do empréstimo em moeda estrangeira, denominado Notes Units, no montante de R\$ 254,6 milhões, em 19 de julho de 2013.
- Em 31 de dezembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 240,0 milhões, o que representa um aumento de 419,5% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento decorre, principalmente, da transferência do não circulante do empréstimo em moeda estrangeira de Notes Units no montante de R\$ 200,9 milhões, em função de seu vencimento.

Debêntures:

- Em 31 de dezembro de 2015, a conta Debêntures atingiu R\$ 13,2 milhões, contra R\$ 8,7 milhões em 31 de dezembro de 2014.
- Em 31 de dezembro de 2014, a conta Debêntures atingiu R\$ 8,7 milhões, contra R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação no saldo decorre basicamente da transferência do saldo das debêntures da Companhia para o não circulante.
- Em 31 de dezembro de 2013, a conta Debêntures atingiu R\$ 61,1 milhões, contra R\$ 29,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação no saldo decorre basicamente da transferência do saldo das debêntures da 2ª emissão da Companhia para o circulante, em função do seu vencimento em dezembro de 2014.
- Em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 29,7 milhões, contra R\$ 1,5 milhão em 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre basicamente da recompra de 14.255 debêntures em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2015, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 584,3 milhões, o que representa uma redução de 61,8% em relação a 31 de dezembro de 2014.
- Em 31 de dezembro de 2014, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 361,2 milhões, o que representa uma redução de 6,9% em relação a 31 de dezembro de 2013.
- Em 31 de dezembro de 2013, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 387,9 milhões, o que representa um aumento de 127,4% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento no saldo decorre, principalmente, da captação de recursos com prazo de vencimento mais longo, contabilizados no passivo não circulante.
- Em 31 de dezembro de 2012, a conta Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 170,6 milhões, o que representa uma redução de 44,6% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre, principalmente, da transferência de empréstimos de passivo não circulante para circulante.

Debêntures:

- Em 31 de dezembro de 2015, a conta Debêntures atingiu R\$ 36,0 milhões, o que representa uma redução de 40,0% em relação a 31 de dezembro de 2014. A redução no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante.
- Em 31 de dezembro de 2014, a conta Debêntures se manteve no mesmo patamar de 2013, ou seja, em R\$ 60,0 milhões.
- Em 31 de dezembro de 2013, a conta Debêntures atingiu R\$ 60,0 milhões, o que representa uma redução de 41,5% em relação a 31 de dezembro de 2012. A redução no saldo decorre basicamente da transferência para circulante e resgate em função da recompra de 14.255 debêntures pelo montante R\$ 14,3 milhões.
- Em 31 de dezembro de 2012, a conta Debêntures atingiu R\$ 102,6 milhões, o que representa uma redução de 25,7% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante e de resgate em função da recompra de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital Social:

- Em 31 de dezembro de 2015, a conta Capital Social atingiu R\$ 382,9 milhões, o que representa um aumento de 7,2% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.
- Em 31 de dezembro de 2014, a conta Capital Social atingiu R\$ 357,1 milhões, o que representa um aumento de 3,3% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.
- Em 31 de dezembro de 2013, a conta Capital Social atingiu R\$ 345,8 milhões, o que representa um aumento de 29,6% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de lucros - incentivo fiscal.

10.2 a) Resultados das operações da Companhia

Em 2017, a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.593,7 milhões ante R\$ 1.488,3 milhões registrados em 2016, aumento de 7,1% (R\$ 105,4 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 8,8% (R\$ 86,4 milhões) no ano, para R\$ 1.066,3 milhões.

Descrição	Exercício		
	2017	2016	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.266,7	1.196,0	+ 5,9
✓ Residencial	621,7	584,0	+ 6,5
✓ Industrial	104,5	106,4	- 1,8
✓ Comercial	314,6	301,2	+ 4,4
✓ Rural	36,4	34,9	+ 4,3
✓ Outras classes	189,5	169,5	+ 11,8
(+) Suprimento de energia elétrica	119,6	160,1	- 25,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	2,2	(1,8)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	52,0	54,3	- 4,2
(+) Receitas de construção	95,6	69,5	+ 37,6
(+) Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	38,0	(14,5)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	80,1	74,4	+ 7,7
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	29,4	13,3	+ 121,1
(+) Outras receitas	5,7	6,5	- 12,3
(=) Receita bruta	1.689,3	1.557,8	+ 8,4
(-) Impostos sobre vendas	421,7	397,1	+ 6,2
(-) Deduções bandeiras tarifárias	7,1	3,1	+ 129,0
(-) Encargos setoriais	98,6	108,2	- 8,9
(=) Receita líquida	1.161,9	1.049,4	+ 10,7
(-) Receitas de construção	95,6	69,5	+ 37,6
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	1.066,3	979,9	+ 8,8

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: i) aumento tarifário médio de 9,29% a partir de 22/04/2017; ii) constituição de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 38,0 milhões em 2017 contra R\$ 14,5 milhões de amortizações reconhecidas em 2016; e iii) constituição de ativo financeiro indenizável no montante de R\$ 29,4 milhões em 2017 (R\$ 25,8 milhões no 4T17), contra R\$ 13,3 milhões em 2016.

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.021,2 milhões em 2017, crescimento de 15,1% (R\$ 133,8 milhões), quando comparadas com as de 2016. Desse total, as despesas controláveis, com PMSO, registraram um aumento de 28,9% ou R\$ 46,7 milhões, totalizando R\$ 208,2 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, da constituição de provisão para despesas com fundo de pensão e benefício pós-emprego no valor de R\$ 23,2 milhões.

Já as despesas não controláveis em 2017 cresceram 11,5%, totalizando R\$ 662,9 milhões, decorrentes da elevação dos custos da energia elétrica comprada. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	662,9	594,5	+ 11,5
1.1 Energia comprada	630,5	545,1	+ 15,7
1.2 Transporte de potência elétrica	32,4	49,4	- 34,4
2 Custos e Despesas controláveis	205,8	166,7	+ 23,5
2.1 PMSO	208,2	161,5	+ 28,9
2.1.1 Pessoal	73,8	70,6	+ 4,5
2.1.2 Fundo de pensão	46,8	17,5	+ 167,4
2.1.3 Material	9,8	8,9	+ 10,1

2.1.4 Serviços de terceiros	64,2	55,0	+ 16,7
2.1.5 Outras	13,6	9,5	+ 43,2
✓ Multas e compensações	2,2	1,7	+ 29,4
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	4,2	2,7	+ 55,6
✓ Outros	7,2	5,1	+ 41,2
2.2 Provisões/Reversões	(2,4)	5,2	-
2.2.1 Contingências	2,1	(0,9)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	(4,5)	6,1	-
3 Demais receitas/despesas	56,9	56,7	+ 0,4
3.1 Depreciação e amortização	65,6	55,5	+ 18,2
3.2 Outras receitas/despesas	(8,7)	1,2	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	925,6	817,9	+ 13,2
Custo de construção (*)	95,6	69,5	+ 37,6
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	1.021,2	887,4	+ 15,1

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Em 2017, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 139,0 milhões, crescimento de 98,4% em relação ao ano anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, do crescimento das receitas operacionais no exercício, conforme mencionado no item 3.2, bem como do resultado financeiro no ano. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 314,3 milhões em 2017, contra os R\$ 236,3 milhões apurados no ano anterior, aumento de 33,0%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
(=) Lucro Líquido	139,0	98,4	+ 41,3
(-) Contribuição social e imposto de renda	(29,2)	(51,4)	- 43,2
(-) Resultado financeiro	27,5	(12,1)	-
(-) Depreciação e amortização	(65,6)	(55,5)	+ 18,2
(=) Geração de caixa (EBITDA)	206,3	217,4	- 5,1
(+) Receita de acréscimos moratórios (*)	108,0	18,9	+ 471,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	314,3	236,3	+ 33,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	27,1	22,5	+ 4,6 p.p

(*) Em 2017, foi registrado o valor de R\$ 87,8 milhões decorrente de negociação com consumidor.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não aplicável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Não aplicável.

10.3 a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10.4 a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10(R1)/IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC11/ IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 28/IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de hedge

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

Divulgação: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação as informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada de suas receitas e não identificou circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

(a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia estima e reconhece a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

A Companhia, distribuidora de energia elétrica, é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)

Correspondem as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60% da média anual dos últimos 3 anos, incorporado às tarifas como redutor de receita. Esse fator redutor é aplicado a cada 5 anos no processo de revisão tarifária periódica.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras

(h) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pela distribuidora de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

Transição: Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

A Energisa Sergipe investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 274,1 milhões, dos quais R\$ 107,4 milhões em 2017, o que representa aumento de 18,2% em relação aos valores realizados em 2016. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram no ano R\$ 83,5 milhões, 77,7% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade da energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 17,3 milhões (16,1% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização (PLPT).

Os investimentos realizados em 2017 foram os seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2017	2016	Var. %
Ativos Elétricos	83,7	56,0	+ 49,5
Obrigações Especiais (*)	17,2	26,1	- 34,1
Ativos Não Elétricos	6,5	8,8	- 26,1
Total dos Investimentos	104,4	90,9	+ 18,2

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Focada na melhoria da qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica à comunidade, em 2017 a Companhia realizou ampliações e melhorias em suas redes de distribuição, dentre as quais se destacam:

- i. seccionamento da LDAT Jardim - PGN e Aracaju - PGN na subestação Cabrita;
- ii. construção da LDAT 69kV Socorro - Serigy, promovendo redução no carregamento das LDAT's Socorro - Aracaju e Socorro - Urubu, melhoria na qualidade do produto e serviços, e flexibilidade operativa do sistema elétrico da Companhia. Nesta configuração está previsto o fechamento do anel de 69 kV entre as subestações N. S do Socorro (CHESF) - Aracaju - Urubu - Serigy - N. S do Socorro (CHESF);
- iii. incorporação da subestação Xingo (CHESF);
- iv. implantação de 27 conjuntos de sinalizadores de falta;
- v. instalação de 100 conjuntos de seccionadores automáticos monofásicos;
- vi. ampliação da transformação da SED Carrapicho;
- vii. expansão do projeto Backbone em mais 250 religadores;
- viii. renovação de 73 veículos, sendo 33 motos e 40 carros e aquisição de 1 caminhão; e
- ix. instalação de 31 religadores de rede e 2 reguladores de tensão, proporcionando melhor redistribuição de carga e seccionamento da rede.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2017	2016	Acréscimo
Subestações - nº	33	32	+ 1,0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	741	728	+ 13,0
Linhas de transmissão - km	1.334	1.314	+ 20,0
Redes de distribuição (próprias) - km (*)	26.848	25.982	+ 866,0
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	45295	41.359	+ 3.936,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	954	823	+ 131,0

Para 2018, a Energisa Sergipe prevê investimentos de R\$ 72,6 milhões, assim discriminados, conforme Fato Relevante publicado em 14 de março de 2018:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE e Participação Financeira do Consumidor)	Total
60,9	7,2	68,1	4,5	72,6

Os valores acima foram estimados pela Administração das Companhias e englobam os ativos elétricos e não-elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática, e (vi) os investimentos nos lotes 03 e 26 do segmento de transmissão do leilão realizado em abril de 2017.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Aracaju, 23 de março de 2018

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração